



## CBIC BUSCA NO BNDES ESTÍMULO AO FINANCIAMENTO PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

ENTIDADE DISCUTIU COM O BANCO FORMAS DE AUMENTAR A LIBERAÇÃO DE CRÉDITO  
E A PARTICIPAÇÃO DESSAS EMPRESAS NO SETOR DE INFRAESTRUTURA

Divulgação BNDES



A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) reuniu-se com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nesta semana, para tratar das condições de acesso a financiamentos da instituição por parte das pequenas e médias empresas da construção civil. Os presidentes de ambas as entidades e suas respectivas equipes estiveram em audiência, na última segunda-feira (21), e discutiram formas de aumentar a liberação de crédito para as empresas do setor e, consequentemente, contribuir para a ampliação do número de negócios de infraestrutura.

A fim de viabilizar, estimular e otimizar a atuação do banco no financiamento à construção civil, a CBIC debateu um conjunto de ações que poderiam facilitar esses aportes. “Estamos abrindo um caminho de acesso ao crédito do BNDES para empresas que hoje não têm. Buscamos simplificação de processos e melhoria de condições do crédito. Estudamos como diminuir as exigências por parte do banco, principalmente para empresas menores”, comunicou o presidente da CBIC, José Carlos Martins, após a reunião.

O economista e consultor João Gualberto Coutinho

Rocha, que esteve presente no encontro, explicou que o ponto central discutido foi o de uma proposta da CBIC para concessão de linhas de crédito específicas para apoio a pequenas e médias construtoras, seja na modalidade de capital de giro, seja para desenvolvimento de projetos de infraestrutura formatados como parcerias público-privadas (PPPs). “O BNDES afirmou estar convencido da relevância do setor de construção como fonte de geração de empregos e que suas políticas operacionais têm evoluído para, cada vez mais, privilegiar as pequenas e médias empresas”, relatou Coutinho Rocha.

O presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, mostrou-se aberto ao diálogo e indicou que é preciso definir uma pauta mínima viável. Ficou acordado que ambas as entidades evoluirão nas discussões e nas providências necessárias para a otimização das linhas de crédito ao setor da construção.

Participaram também da reunião Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari, diretor de Governos e Infraestrutura do BNDES; Fátima Regina Franca Farah, chefe de gabinete no BNDES; e Denise Soares, gestora da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC.

## PARTICIPAÇÃO EM CONCESSÕES E PPPS

José Carlos Martins também entregou a Dyogo Oliveira, durante a reunião, uma carta enviada à ex-presidente do BNDES, Maria Sílvia Marques, em dezembro de 2016, com um conjunto de proposições com vistas a melhorar a participação de empresas construtoras de porte médio em empreendimentos no segmento de infraestrutura, quando formatados sob os regimes de concessão ou PPP.

No documento, constam sugestões como: foco na modelagem *Project Finance*; busca de alternativas à fiança bancária na fase pré-operacional dos projetos; análise de “rating” centrada no enfoque da governança e da capacidade de realização das empresas e da qualidade do projeto; e interação com os poderes federal, estadual e municipal para a construção de um ambiente e para desenhos viáveis para projetos de concessão e PPPs. “Prevalece a necessidade de um novo olhar sobre os projetos, sobre os atores que podem conduzir tais projetos, sobre o formato a ser imposto às operações de crédito”, escreveu o presidente da CBIC.

Na ocasião, Maria Sílvia Marques respondeu com breves considerações sobre as questões levantadas e falou de algumas das iniciativas que o BNDES vinha adotando para desenvolver o mercado de concessões e PPPs.

## APOIO À CONSTRUÇÃO CIVIL

Na abertura do 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), que aconteceu na semana passada em Florianópolis/SC, o BNDES também reforçou que já trabalha em várias frentes de apoio ao setor. “Mais da metade dos desembolsos do BNDES vai para a construção civil”, declarou Dyogo Oliveira.

O presidente do BNDES disse ainda que o crescimento do investimento é a grande missão da instituição e, assim, tem aumentado o apoio às micro e pequenas empresas com potencial de expansão. Além disso, o banco anunciou mais rapidez no processo de concessão de crédito e a criação de uma área dedicada à reestruturação de projetos. “Sem infraestrutura não vamos avançar na competitividade e isso tem a ver com o setor da construção”, reconheceu.

Dyogo Oliveira garantiu que “as portas estão abertas e o caixa está cheio” no BNDES. A reunião do dia 21 foi apenas o primeiro passo, pós-Enic, para facilitar o acesso do setor a esse caixa.

O tema tratado tem interface com o projeto Melhoria da Competitividade e Ampliação de Mercado na Infraestrutura, iniciativa da CBIC e do SENAI Nacional.

# SEGURO HABITACIONAL

## A PROTEÇÃO QUE SEU IMÓVEL NA PLANTA PRECISA

Só o Convênio de Seguros traz para você o melhor Seguro Habitacional MIP/DFI do mercado. Nosso produto atende todas as exigências para a securitização de recebíveis imobiliários, assim como os requisitos legais para o autofinanciamento do imóvel pelo construtor.

Criamos um produto único que garante indenização por prejuízos em consequência de morte ou invalidez do devedor imobiliário, bem como a reconstrução ou restauração do imóvel financiado em caso de ocorrência de danos físicos.

**CONHEÇA NOSSAS COBERTURAS**

Seguradora:

  
**ZURICH**  
Seguros

  
CONVÊNIO DE SEGUROS

## CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC) LIDERA MOVIMENTO DE CAPACITAÇÃO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO EM ÉTICA E COMPLIANCE

ENTIDADES ASSOCIADAS SE PREPARAM PARA APOIAR AS EMPRESAS  
NA IMPLEMENTAÇÃO DE SEUS SISTEMAS

PH Freitas/CBIC



Integrantes do primeiro Programa de Capacitação Semipresencial em Ética & Compliance do FASC/CBIC, com a correalização do Sesi Nacional

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) encerrou nesta semana o seu primeiro Programa de Capacitação Semipresencial em Ética & Compliance direcionado a suas entidades associadas. “O programa atende as entidades que já receberam o Seminário de Ética & Compliance, justamente para disseminar ainda mais o que temos defendido ao longo do tempo”, destaca o presidente da CBIC, José Carlos Martins, mencionado que espera que outros associados também se engajem no projeto.

Dessa ação pioneira, realizada pelo Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc) da CBIC, com a correalização do Sesi Nacional, participaram o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Ceará (Sinduscon-CE), o Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon-MA), o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio) e o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS), além do Serviço Social da Indústria da Construção do Rio de Janeiro (Seconci-Rio).

“Acreditamos que para as entidades poderem apoiar as empresas nessa longa caminhada de implementação de um sistema de ética e compliance, elas precisam estar empoderadas do assunto e ter legitimidade”, destaca a presidente do Fasc/CBIC, Ana Cláudia Gomes, reforçando que “é importante que as entidades implantem seus próprios sistemas de ética e compliance para que, na sequência, elas tenham condições de apoiar as empresas nos seus estados, numa caminhada que é irreversível. As empresas terão que inserir a ética e o compliance em suas agendas”.

Segundo o sócio diretor da Além das Palavras, Fábio Risério, dentre os benefícios da capacitação estão o entendimento claro do que é ética e compliance; a oportunidade de conhecer melhor a organização e os seus terceiros; agir com mais segurança; ganhar vantagem competitiva de estar à frente de um movimento que não tem mais volta. “Ética e compliance hoje são obrigatórios para organizações que querem ter destaque, que querem ter visibilidade no mercado”, diz. “Foi unânime a

PH Freitas/CBIC



José Carlos Martins, presidente da CBIC, durante workshop do Programa de Capacitação Semipresencial em Ética & Compliance

conclusão de que o tema pode ser implementado dentro das organizações de classe do setor da construção”, mencionou.

As entidades que participaram do processo de capacitação conseguiram dar os primeiros passos na implantação dos seus códigos de ética e manuais de *compliance*,

ouvidorias e departamentos de *compliance*.

**DESMISTIFICANDO**

Segundo o consultor Fábio Risério, as entidades precisam entender que o tema ética e *compliance* não diz respeito apenas às grandes empresas. A capacitação provou que entidades menores e organizações de classe podem desenvolver programas de integridade e de *compliance* dentro da sua realidade. “É necessário praticidade e objetividade para que o programa consiga ser sustentável ao longo do tempo”, defende.

O Fasc/CBIC desenvolve, desde 2015, o seu projeto Ética & Compliance no setor. Já foram realizados seminários em 16 localidades do País. A próxima rodada de seminários deve ocorrer a partir de agosto/setembro. As entidades associadas interessadas em sediar os seminários e, posteriormente, participarem da capacitação em ética devem formalizar interesse junto ao Fasc/CBIC pelo email [social@cbic.org.br](mailto:social@cbic.org.br).

**ARTIGO DO ESPECIALISTA**



**OITO PASSOS PARA UM PROGRAMA DE INTEGRIDADE EFETIVO**

*FÁBIO RISÉRIO, da empresa Além das Palavras, é consultor da CBIC no Programa de Capacitação Semipresencial em Ética & Compliance para entidades do setor da construção*

Divulgação



A entrada em vigor, em 2014, da Lei Anticorrupção, provocou mudanças importantes no comportamento das

organizações. A nova lei prevê multas de até 20% do faturamento, perda de bens, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de recebimento de incentivos e até a dissolução compulsória das atividades da organização. Um aspecto trazido pela Lei foi a valorização dos Programas de Integridade, nos quais o incentivo veio na forma de redução da pena de organizações condenadas que mostrarem a efetividade do seu trabalho de integridade.

Para as organizações que possuem ou querem ter relacionamento com governos ou órgãos públicos, adotar um bom programa de integridade tornou-se fundamental.

A Lei definiu uma série de critérios para avaliar a efetividade do programa de integridade, por meio da publicação do Decreto 8.420/2015. É preciso provar o comprometimento

da alta direção da organização, mapear riscos, criar documentos com os padrões de conduta aceitáveis e canais de ouvidoria, entre outras medidas.

Nos parágrafos abaixo, apresentamos oito pilares para um bom programa de integridade, com a finalidade de auxiliar as entidades do setor da construção a conhecer e refletir sobre os pontos essenciais de uma gestão ética das atividades da sua organização.

Se a sua entidade já adota um programa de integridade, você pode utilizar as informações abaixo para verificar se o seu programa inclui os aspectos mais importantes para sua eficácia e também para ser reconhecido perante a Lei Anticorrupção. Caso ainda não tenha implantado, vale a pena utilizar as informações aqui detalhadas como base.

### **I. Suporte da Alta Direção**

Para estar de acordo com a lei anticorrupção, a entidade precisa estabelecer uma cultura de integridade em seu ambiente de trabalho, e o comprometimento da alta direção é fundamental para que a coisa certa seja feita.

### **II. Criação do Programa de Integridade**

A alta direção da entidade deve garantir autoridade, independência e estrutura para os responsáveis por aplicar o Programa de Integridade e fiscalizar o seu cumprimento.

### **III. Avaliação de Riscos**

Mapear as áreas da entidade que estão mais expostas a riscos de corrupção e outros atos ilícitos e estabelecer medidas de mitigação necessárias.

### **IV. Código de Conduta e Manual de Integridade**

A entidade deve ter documentos detalhando código de conduta, políticas e procedimentos de integridade para todos os colaboradores da entidade, independentemente de cargo ou função, e para terceiros, como fornecedores, prestadores de serviço e consultores.

### **V. Comunicação e Treinamento**

Comunicar amplamente o programa para disseminar a cultura de integridade em toda a entidade, incluindo

terceiros, e treinar os colaboradores periodicamente, a começar pelo momento da sua integração, para que todos saibam o que fazer e quem consultar em caso de dúvida.

### **VI. Canal de Ouvidoria**

O canal deve ser amplamente divulgado e aberto para colaboradores e terceiros que busquem orientação sobre determinada conduta e que queiram reportar alguma preocupação ou ato ilícito. Quem utiliza o canal de boa-fé deve ter a garantia de que não sofrerá retaliação.

### **VII. Verificação de Terceiros**

Realizar procedimentos de verificação prévia da reputação de terceiros e monitoramento contínuo dos terceiros que podem expor a entidade por meio de práticas comerciais antiéticas e ilegais.

### **VIII. Monitoramento e Auditoria**

Após a implementação, é preciso monitorar e aperfeiçoar continuamente o programa de integridade usando indicadores de controles internos e dados estatísticos com base nas melhores práticas de mercado.

Ter um Programa de Integridade efetivo não é benéfico apenas para fins de redução de possíveis multas pela prática de atos de corrupção por colaboradores ou terceiros vinculados à organização, mas, principalmente, pelo fato de que, com o programa, a organização aumenta o conhecimento sobre seu próprio negócio e o mercado em que atua, melhora a aplicação de recursos, diminui riscos, aumenta a competitividade (com a conquista de confiança em nível nacional e internacional) e atrai melhores investidores (uma vez que passa a obter maior confiança e credibilidade no mercado). Dessa forma, mais do que um fator atenuante de eventuais sanções, o programa se torna uma vantagem competitiva.

Adicionalmente, é inegável que esses benefícios ultrapassam as paredes da organização, pois, ao prevenir e auxiliar no combate a corrupção, o Programa de Integridade contribui para o desenvolvimento da sociedade com um todo.

<b>Construção Civil - saldo na geração de vagas com carteira assinada</b> (Saldo = admitidos - desligados)			
Nível geográfico	Abril/2018	Acumulado jan-abr/18	Acumulado em 12 meses (maio/17 - abr/18)
<b>Total Brasil</b>	<b>14.394</b>	<b>37.324</b>	<b>-47.367</b>
<b>Regiões</b>			
Norte	643	-4.488	-5.308
Nordeste	62	3.224	-6.525
Sudeste	8.502	19.770	-31.777
Sul	2.346	11.340	-5.228
Centro Oeste	2.841	7.478	1.471
<b>Regiões Metropolitanas</b>			
Belém	-142	-1.389	-342
Fortaleza	231	-85	-643
Recife	-477	74	-1.819
Salvador	-1.141	101	-1.984
Belo Horizonte	2.612	7.700	3.849
Rio de Janeiro	306	-3.706	-10.501
São Paulo	2.244	7.293	-11.796
Curitiba	-178	1.518	-3.766
Porto Alegre	-250	2.108	1.095

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/ Ministério do Trabalho.  
Obs.: Dados acumulados de janeiro a abril e também o acumulado em 12 meses: série com ajustes.

**AGENDA**



**29 de maio**

O FUTURO DA MINHA CIDADE  
Local: Uberlândia – MG



**29 e 30 de maio**

BRASIL INVESTMENT FÓRUM (FÓRUM DE INVESTIMENTOS BRASIL)  
Local: WTC São Paulo  
Inscrições: <http://www.brasilinvestmentforum.com/>



**08 de junho**

REUNIÃO DA CII/CBIC  
Horário: 09h30 às 17h  
Local: Manaus-AM



**01 a 04 de agosto**

CONSTRUSUL - 21ª FEIRA INTERNACIONAL DA CONSTRUÇÃO  
Horário: Quarta a sexta-feira, das 14h às 21h – Sábado, das 11h às 18h  
Local: Fiergs (Av. Assis Brasil, 8787 – Porto Alegre - RS)



**15 a 19 de agosto**

A 27ª FEIRA DE IMÓVEIS DO PARANÁ  
Local: Centro de Eventos do Sistema Fiep, no Jardim Botânico, em Curitiba



**27 de novembro**

TROFÉU INCORPORADOR DO ANO E O PERFIL IMOBILIÁRIO 2018  
Local: Salão Azul do Club e Curitibaano, no Água Verde, em Curitiba

**EXPEDIENTE:**  
Presidente da CBIC: José Carlos Martins  
Equipe de Comunicação:  
Doca de Oliveira – coordenacao.comunicacao@cbic.org.br  
Ana Rita de Holanda – jornalista@cbic.org.br  
Sandra Bezerra – comunicacao@cbic.org.br  
Paulo Henrique Freitas de Paula – arte@cbic.org.br

Bruno Dantas - redacao@cbic.org.br  
Vando Barbosa - Coordenador de Marketing - marketing@cbic.org.br  
Projeto Gráfico: Radiola  
Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula  
Telefone: (61) 3327-1013